

veis casos de esterilidade por outros processos. Aqui haveria um desdobraimento no tempo e no lugar, o local de encontro do óvulo e espermatozóide, mas como benefício dos pais e do filho.

Neste caso de facto, o acto seria homólogo e facilitaria levar a bom termo a fecundação. E tudo se submete ao bem da pessoa do filho e do casal que legitimamente desejam continuar a concretizar o amor no filho.

Todavia não se pode iludir o facto de que o acto-conjugal biológico é alterado. E isto não me parece que possa ser encarado superficialmente. Todavia não é isso o absoluto mas sim as Pessoas. Aqui evocaria o princípio: no certo unidade, no opinável liberdade e fraternidade, compreensão em todas as situações.

8. A experimentação, para se conseguir tais resultados não se faz sem riscos graves para a vida dos óvulos fecundados. É que após a fecundação põe-se a questão de existir, potencialmente, uma pessoa, ser único irrepitível, como fonte e sujeito de direitos. E o primeiro, o mais fundamental e base de todos os outros direitos humanos é viver por si a sua vida já desencadeada, principiada.

Este ser novo é sujeito e pessoa, não deve ser tratado como um objecto.

A experimentação em feto, e muito especialmente, após a implantação, parece-me eticamente reprovável.

Frequentemente nestes domínios põem-se conflitos entre o dever e o poder. Deve resistir-se lucidamente ao fascínio do poder, apurando uma exigente sensibilidade ética.

Não se pode dispôr da vida humana de seres humanos a seu belo prazer, sejam quais forem as razões evocadas.

Deparamos, a cada momento com a finitude, o sofrimento e a morte. Mas podemos dar-lhe um sentido se unidos à cruz de Cristo. O mal radical não são o provisório fracasso pessoal nem o sofrimento nem a morte, mas sim o mal moral. Porque tudo o resto pode terminar em Ressurreição, se nós assim o entendermos, se assim e na medida em que esclarecidamente acreditamos. Temos o direito e o dever da promoção humana da valorização da existencia. O limite implica sofrimento. Há que aprender pacientemente a conviver com ele e a assumi-lo aceitando «perder» em sucessos, em poder técnico e «ganhar» em respeito objectivo pela pessoa, por todas as pessoas, seja qual for o estágio do ciclo biológico em que se encontram.

Fr. Bernardo Domingues, O. P.

CONTEXTO LINGUÍSTICO DO TOPÓNIMO «RONDÃES» (LAMELAS — S. TIRSO)

No decorrer deste breve estudo o número colocado a seguir a um nome pessoal ou a um topónimo significa a sua data e as obras mais frequentemente citadas aparecem referidas através das siglas seguintes:

DC = Portugaliae Monumenta Historica, *Diplomata et Chartae*;

F = Ernst Förstemann, *Altdeutsches Namenbuch* vol. I Bonn 1900 (citamos a coluna);

Inq = Portugaliae Monumenta Historica, *Inquisitiones*;

NG = Joseph M. Piel, *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, Lisboa, 1937 e 1945;

OM = A. A. Cortesão, *Onomástico Medieval Português*, Lisboa, 1912.

O topónimo *Rondães*, em atenção à sua forma antiga «Rosandanis» 1258 (Inq 528), não é comparável ao topónimo *Ronde* (S.ta Eulália — Arouca). Este topónimo arouquense deve concretizar uma aplicação geográfica dum nome pessoal deduzido **Rondus* segundo o esquema morfológico medieval (genitivo) «*(villa) *Rundī*», isto é, a aldeia de **Rondo*, donde posteriormente a forma *Ronde* segundo a evolução vocálica -i/-e. O nome pessoal **Rondus* não aparece documentado entre nós, o que condiz também com a rareza do topónimo correspondente de Arouca, mas Förstemann documenta-o na forma *Rundi*, tendo-o como germânico dada a sua comparabilidade com os antropónimos *Rundulf*, *Adalrunda*, *Fretherunda*, *Deorund*, etc. e com o apelativo *hrund* «deusa» do antigo nórdico (F 920), facto onomástico este também anotado por Piel (NG 250).

«*Rosandanis*» / *Rondães* supõe na sua base também um nome pessoal de tipo germânico, formado dos elementos *Ros* e *And*.

Assim, quanto a *Ros*, Förstemann cita os nomes pessoais germânicos *Rosperga*, *Rospert*, *Roselm*, *Roslindis*, *Rosemud*, *Rosamunda*, etc. conexionando-os com o apelativo *hros* «cavalo» (F 1282).

Na antroponímia peninsular sobretudo do Noroeste encontramos também as seguintes espécies onde figura o elemento formativo *Ros* sobretudo em composições binárias de tipo germânico:

- «uxor mea *Rosildi* Feles» 975 na área asturiana¹, comparar com *Teodildi* 984 e *Guntildi* 1021 (OM);
- Roserigo* 913 na Catalunha², com o segundo elemento de *Teoderigo* 971 e *Romarigus* 992 (OM);
- «uxori sue *rosaldī*» 1003 na zona leonesa³, confrontar com *Araldiz* 1059, *Geraldiz* 1257, *Guntaldo* 1001 (OM);

¹ Santos Garcia Larragueta, *Colección de Documentos de la Catedral de Oviedo*, Oviedo 1962, p. 113.

² Federico Udina Martorell, *El Archivo Condal de Barcelona en los siglos IX-X* Barcelona 1951, p. 163.

³ Colección «Fuentes y Estudios de Historia Leonesa», *León y su Historia*, Miscelanea Histórica, II, León 1973, p. 222.

- d) *Rosella* 942 e *Rosello* 984 na Catalunha⁴ com o mesmo sufixo de *Donellus* 968, *Guntelli* 974, *Mirelle* 966 (OM);
- e) *Rrosla* 1050 na zona de Vila Nova de Gaia (DC p. 230 n.º 378) com o elemento final de *Gundila* 870 e *Teodila* 897 (OM). Além da grafia da dupla consoante inicial, cfr. os casos semelhantes de *Rrekaredo* 957 = *Recaredus* 850-866, *Rrodosindo* = *Rodosindus* 897 (OM), nota-se o emudecimento da vogal *i* (*Rósila) como se vê paralelamente nos casos antroponímicos de «*mātre genlo*» 1083 (sem *i*) e «*mater geilo*» 1086 (com *i*) e «*sunla*» (*Súnila) 965 (DC respectivamente p. 371 n.º 619, p. 391 n.º 655 e p. 57 n.º 91), comparáveis com *Genilo* 1016 e *Genulfo* século XI e com *Sunimirus* 956 (OM).

Na toponímia galaico-portuguesa poder-se-iam invocar a favor da existência do elemento *Ros* os nomes geográficos galegos *Rosamonde* (Jobre — Puebla de Caramiñal — Coruña) e *Rosomil* (Lampón — Boiro — Coruña) bem como o topónimo português *Rosomil* também escrito *Roçomil* (Avanca — Estarreja e Fermedo — Arouca, ambos no distrito de Aveiro). Mas, além doutras tentativas de interpretação (*Rodmiro, roza + Amonde) de Joseph M. Piel e Dieter — Kremer⁵, há uma grande possibilidade de relação desses topónimos com os nomes pessoais *Recemondo* ou *Recemundo* 1082 (DC p. 364 n.º 607) e *Recemiro* 980 além de *Resemera* 986 e «*froila resmiruz*» 995 (?) (DC respectivamente p. 79 n.º 127 e p. 94 n.º 151 e p. 108 n.º 175). Importava conhecer as formas medievais para se vislumbrar a autêntica interpretação.

Quanto ao elemento *And*, Förstemann cita muitos exemplos antroponímicos, de que respigamos *Ginand*, *Ridand*, *Waldand*, *Wisand*, *Wigand*, etc. (F 105-106). Na antroponímia hispânica do Noroeste deparam-se os seguintes factos onomásticos:

- a) *Ausandus* 916 na zona leonesa comparável a *Ausarigus* 917⁶;
- b) *Bellandus* 1001 na província da Coruña⁷, contendo o primeiro elemento de *Belmirus* 870 e *Belesarius* 924 (OM), aparecendo isolado o elemento comum nas formas *Bello* 959⁸ e «*domno Bella presbiter*» 972⁹;
- c) *Guimandus* 936 no Minho (DC p. 25 n.º 41), cfr. *Guimarigus* 951 e *Guimareo* 1220 (OM);
- d) *Asando* 1009 (DC p. 129 n.º 212) com o primeiro elemento de *Asulfu* 1085 e *Asemonda* 1032 (OM).

⁴ Federico Udina Martorell, *El Archivo Condal de Barcelona en los siglos IX-X*, Barcelona 1951, p.p 273 e 382.

⁵ *Hispano-Gotisches Namenbuch*, Heidelberg 1976, p. 232.

⁶ Gregorio del Ser Quijano, *Documentación de la Catedral de León*, León-Salamanca 1981, pp. 57 e 68.

⁷ Pilar Loscertales de G. de Valdeavellano, *Tumbos del Monasterio de Sobrado de Los Monjes*, vol. I, Madrid 1976, p. 169.

⁸ M.ª del Pilar Yáñez Cifuentes, *El Monasterio de Santiago de León*, León-Barcelona 1972, p. 148.

⁹ Idefonso Rodríguez de Lama, *Colección Diplomática Medieval de la Rioja*, vol. II, Logroño 1976, p. 23.

Na toponímia do norte hispânico podem rastrear-se reflexos do mesmo elemento *And*, de que apresentamos alguns casos:

- a) *Restande* província da Coruña (municípios de Trazo e Restande), cfr. nomes pessoais *Restedunus*, *Restoildis*, *Restemund*, *Restold*, etc. (F. 1252);
- b) *Carande* província de León (município de Riaño), cfr. nomes pessoais *Caroand*, *Caramer*, *Carold*, *Caragolt*, etc. (F 358-359);
- c) «*Saldandi* [...] fonte miniana» 1127¹⁰ hoje *Saldange* na província de Lugo (município de Pastoriza), cfr. os nomes pessoais *Salderich* e *Saldolf* (F. 1290)

Este elemento *And*, de valor morfológico (sufixal) segundo Förstemann, é tido como distinto doutro elemento *And* que o mesmo autor considera de valor lexicográfico (F 102-105) e que assim pode figurar como primeiro membro de formações antroponímicas do género de *Andila* 1063, *Andulfo* 957 (OM). Este elemento lexicográfico não foi considerado na nossa exposição como também não foi o elemento *Nand* que como segundo membro de formações antroponímicas evoluiu segundo a fórmula *Vogal+And* como se vê dos nomes pessoais *Inuenando* 977 e depois *Inueando* 1087, *Fredenando* 966 e depois *Freandu* 1089 (OM), tendo J. Piel¹¹ referido o mesmo facto a respeito de topónimos como *Gatiande*, *Toande*, *Britiande*, *Friande*, *Enviande*, *Quitande*. Menos ainda consideramos o caso de nomes pessoais latinos em -andus (tipo gerundivo) como *Salvandus* etc. e toponímia correspondente como *Salvande* etc.¹²

Os exemplos antroponímicos suprarreferidos com o elemento final *And* apontam para uma forma -andus com o genitivo em -i, o que levanta o problema da identificação morfológica da terminação -anis de «*Rosandanis*» (Rondães). Havendo efectivamente a terminação masculina -a e a terminação feminina -o nos nomes pessoais germânicos (além das terminações latino-românicas feminina -a e masculina -us/o) como se vê de «*ego sumla et uxor mea gudilo*» 995 (DC p. 107 n.º 173) e «*coniugea mea gundila*» 870 (DC p. 3 n.º 5) e «*ego cartemiro et uxor mea Astrilli*» 870 (DC p. 4 n.º 6), o genitivo da terminação germânica -a era em -anis/-anes segundo se infere de nome pessoal *Scapa* 946 (OM) e «*uilla nomine scapanis*» 1086 (DC p. 398-399 n.º 666) hoje *Escapães* Sepins (Cantanhede) e «*scapanes*» 1053 (?) (DC p. 235 n.º 385) hoje *Escapães* (Feira).

Mas, além da formação genitiva -anis/-anes, havia a terminação pluralizante, étnica ou familiar -anes/-ães reconhecida por Piel¹³ nos casos de *gasalianes* «*companheiros*», *homiziaes*, a que se podia juntar o exemplo de «*casal dos Alvardaes*» 1258 (Inq 390). Assim um nome pessoal em -us tinha o genitivo em -i e podia ter a referida terminação pluralizante -anes como se vê do supracitado nome pessoal *Recaredus* em relação aos topónimos «*uilla recaredi*» 1003 (DC p. 118 n.º 192) hoje *Recarei* Leça do Balio (Matosinhos) e «*recardanes*» 1037-1065 (DC p. 279 n.º 448) hoje *Recardães* Águeda. Devem reflectir esta variedade morfológica (genitivo -i/-e e plural -anes/-ães) os topónimos *Garfe* e *Garfães*, *Gonte* e *Gontães*, *Guilhade* e *Guillhadães*, *Segade* e *Segadães*, *Romariz* e *Romarigães*, etc. (NG 129-130, 160-161, 175-176, 263, 249). A desinência -anes era equi-

¹⁰ *Tumbo de Lorenzana* folha 76 verso.

¹¹ NG 131, 282, 55, 121 e *Homenaje a Fritz Krüger*, vol. II, Mendoza 1954, pp. 252, 262.

¹² *Revista Biblos*, vol. 23, Coimbra, 1947, p. 362.

¹³ *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, Madrid 1960, p. 550.

velente às terminações *-os* e *-anos/-ãos* de exemplos como «*erdade dos Ermegildos*» 1258 (Inq 326) e «*casal dos Ramiraos*» 1258 (Inq 387) e até podiam trocar-se no mesmo nome como aconteceu com o topónimo «*villa de Celteganos*» 1038 e «*Zelteganos*» 1039¹⁴ hoje *Santagões Bagunte* (Vila do Conde).

Domingos A. Moreira

CRÓNICA

A ABERTURA DAS AULAS NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TEOLÓGICAS

O ano lectivo no I.C.H.T. foi inaugurado no dia 8 de Outubro de 1984 com a Assembleia Conjunta reservada estatutariamente para os seus membros e com uma Conferência e Concelebração Eucarística abertas a todos os interessados.

Na Assembleia Conjunta, o Director, depois das saudações da praxe, justificou a sua presença de novo à frente do Instituto, quando segundo o Estatuto Geral não poderia ser reconduzido em virtude de ter completado o segundo mandato, por força de uma decisão da Comissão Permanente que entendeu não dever proceder a modificações enquanto durassem as negociações com a Universidade Católica Portuguesa. Foi ainda devido a esta situação de transição que se evitou introduzir grandes alterações na programação escolar.

A propósito do largo espaço dedicado pelos meios de comunicação social aos reflexos da «Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação» da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, o Director lamentou o isolamento para que vem sendo relegada a Teologia entre nós, só quebrado quando esta aparece envolta em sensacionalismo ou escândalo. E contudo a Teologia está hoje mais viva do que nunca e é notável o esforço do pensamento e da investigação cristãos para acompanhar as transformações culturais e se renovar sob o impulso das correntes filosóficas, políticas e sociais.

Historiou depois este renascimento e revitalização que se operou, a partir da primeira guerra mundial, por dois caminhos diferentes, quase opostos, o bíblico-patristico e o filosófico-moderno e, depois do Concílio, por diversas orientações, sendo as principais a da «morte de Deus», a da esperança, a da práxis e a da Cruz.

Deste esforço de renovação que a Teologia vem fazendo, ressalta claramente a vontade de sair do isolamento cultural, para se encontrar aqui e agora onde o homem pensa, espera ou sofre. Ao mesmo tempo que procura a inteligência da Palavra de Deus, o Teólogo quer ser testemunha diante de Deus das questões mais radicais com que se confronta a humanidade de hoje. Não é um homem de gueto, é um homem entre os homens, cuja vida, problemas e cultura quer assumir para os confrontar com a fé. E perante esta tarefa aliciente, o Director exortou os alunos a entregarem-se ao estudo e à investigação com seriedade, empenhamento e entusiasmo.

Em seguida, procedeu-se às eleições para os diversos órgãos de governo e de representação que o Estatuto Geral prevê para assegurar a promoção, a coordenação e direcção da vida académica e comunitária do I.C.H.T.

Em Conselho de Professores foram eleitos como seu Presidente e Secretário, respectivamente, os Dr. Manuel de Pinho Ferreira e Dr. António Maria Bessa Taipa, e

¹⁴ *DC*, p. 184, n.º 302 e p. 186, n.º 306 e *Revista Lusitana*, vol. 33, Lisboa, 1935, p. 240.